



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA OFENSIVA NEOCONSERVADORA: TEMPOS DIFÍCEIS, TEMPOS DE LUTA E RESISTÊNCIA PARA A CLASSE TRABALHADORA

Ingrid Barbosa Silva¹
Pamela Rocha Nascimento²
Joelma Mendes dos Santos³

Resumo: O artigo tem como principal objetivo discutir a política de educação brasileira, a partir da inserção do neoliberalismo no país, elencando as principais contrarreformas ocorridas até a atual conjuntura, apontando como está sendo o acesso da classe trabalhadora a essa política social, principalmente o acesso a educação superior, diante de um forte desmonte do Estado e dos direitos sociais, intensificadas no atual governo.

Palavras-chave: Educação; neoliberalismo; reformas educacionais; ataque político; governo ultraconservador.

Abstract: The main objective of this article is to discuss Brazilian education policy, starting with the insertion of neoliberalism in the country, listing the main counter-reforms that occurred up to the current conjuncture, pointing out how the working class access to this social policy is, mainly access to higher education, in the face of a sharp dismantling of the state and social rights

Keywords: Education; neoliberalism; educational reforms; political attack; ultraconservative government.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico visa sistematizar reflexões sobre as contrarreformas⁴ educacionais que estão sendo impostas à sociedade brasileira, desde o início da década de 1990, com o então Presidente da República Fernando Collor de Melo, e que, foram continuadas posteriormente por: Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e, de modo

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <ingridzinha.01@hotmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia.

⁴ “Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de *outsider* (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pode observar, de ‘reformas’ orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros [...]” (BEHRING, 2011, p. 148)

mais heterodoxo, Lula e Dilma. Sendo intensificado cada vez mais na atual conjuntura que estamos imersas, aprofundando tendências privatistas presentes historicamente na educação e que apresentam novos rumos com a ampliação das ações de empresas privadas ancorada aos interesses do capital financeiro internacional, apontando para a necessidade de ajustes fiscais, evidenciando cada vez mais o desmonte da educação pública, além de outras políticas, sendo essa uma opção pela renúncia estratégica do governo com as responsabilidades contidas na Constituição Federal de 1988 (CF) Capítulo II, art.6º na qual contempla e identifica como direito fundamental e social a população “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 18).

Diante disso, este artigo tem como principal objetivo discutir a política de educação brasileira, a partir da inserção do neoliberalismo no país, elencando as principais contrarreformas ocorridas até a atual conjuntura, apontando como está sendo o acesso da classe trabalhadora a essa política social, principalmente o acesso à educação superior, diante de um forte desmonte do Estado e dos direitos sociais, intensificadas no atual governo. Por conseguinte, a motivação maior para a elaboração desse artigo é a relação direta da temática com pesquisas científicas, grupos de estudos, construções teóricas, projetos de extensão, atividades políticas ligadas a comissão de educação do Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região, dentre outras, desenvolvidos ao longo do percurso acadêmico das autoras, da atuação profissional na área educacional, e, agora, inseridas na pós-graduação em Serviço Social, em Universidades públicas federais, cujo os objetos de estudo estão direcionados para a discussão sobre a política educacional brasileira, formação profissional e educação permanente e o trabalho das/os assistentes sociais na política de educação, dando ênfase ao estado da Bahia.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma agenda política hostil à democracia, um projeto burguês reacionário

Atualmente, em âmbito mundial, são raros os países que o modo de produção capitalista não está operando, o que infelizmente no nosso caso específico, Brasil, o domínio do capital vem, cada vez mais, se tornando avassalador, dotado de características excludentes, perversas, configurando grandes concentrações de riquezas e de expansão cada vez maior das empresas capitalistas. O atual contexto brasileiro está bem distante de ser “um mar de rosas” ou um “berço esplêndido”, segundo Tonet (2016a), a

humanidade vive hoje um momento claramente contrarrevolucionário, a classe trabalhadora vem sendo afetada cada vez mais e, os espaços de manobra para garantir seus direitos sociais estão cada vez mais restritos e limitados.

O percurso da educação pública no Brasil, principalmente a educação superior, tendo sua gênese a partir da década de 1930⁵, é fortemente permeada por disputas societárias, lógicas antagônicas de se pensar e direcionar as práticas educacionais, o que não poderia ser diferente já que esse sistema contraditório e suas respectivas medidas estão ancoradas fortemente em negar e/ou limitar o acesso da classe trabalhadora ao que é de direito. A educação, assim como os outros direitos sociais, numa sociedade de classes, sempre estará sob a hegemonia das classes dominantes. (TONET, 2016a)

A lógica do mercado, com o intuito de conservação da sua crescente acumulação, direciona a educação, principalmente, como forma de manutenção da ordem. **Visa promover uma educação pautada em atender as demandas do capital**, uma educação voltada para o trabalho, tendo como peça chave o Estado — órgão que não é neutro e que atende a classe economicamente dominante, mediando os conflitos sociais assim sendo o núcleo material da forma política capitalista. Corroborando com Bizerra (2016, p. 185), “o Estado e o capital, em todos os estágios históricos do capitalismo, ainda que com diferenciações, se relacionam reciprocamente”, ou seja, ambos se “co-determinam”, são dependentes, e, o Estado desenvolve ações corretivas vitais para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, Tonet (2016a, p. 64) afirma que

[...] a sociedade burguesa, a hegemonia dessa classe impõe que a educação tenha dois objetivos fundamentais: **a formação para o trabalho** (mão de obra para o capital) e a **educação para a cidadania e a democracia** (a estruturação de uma concepção de mundo, de ideias, de valores adequados para a reprodução dessa ordem social). No entanto, nesta mesma sociedade burguesa, existe uma peculiaridade que não existia nas outras. Trata-se do fato de que nesta sociedade a classe trabalhadora, ao contrário das classes dos escravos e dos servos, abre uma clara e superior perspectiva da emancipação política, da qual fazem parte a democracia e a cidadania. A classe trabalhadora abre a possibilidade da emancipação humana, uma forma de entificação que ultrapassa em muito o que de melhor podem oferecer a cidadania e a democracia.

A educação reserva aos sujeitos meios que lhes confere base para modificar as condições objetivas de reprodução das relações sociais, como também, para a

⁵ “A universidade brasileira é fruto tardio do colonialismo. Enquanto as mais antigas universidades europeias são do século XII e, na América Latina, na República Dominicana, no México, no Peru, são do Século XVI, no Brasil, criou-se, na lei, a Universidade do Rio de Janeiro, pela agregação de três escolas existentes no Rio desde o século anterior, Direito [1891], Medicina [novembro de 1808] e Escola Politécnica [1810]. Apenas em 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, o governo implantou a Universidade criada, incorporando-lhe outras escolas superiores. Esta veio a se tornar a Universidade do Brasil em 1937 e é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também a pós-graduação, como um sistema nacional. é tardia em nosso país, embora com algum avanço, em relação a outros países da América Latina. Fruto contraditório da ditadura que projetava um ‘Brasil grande’, pelo pensamento crítico que gerou, o sistema de pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento, foi criado em 1971[...].” (CIAVATA, 2003, p. 01)

“*automudança [sic] consciente*”, nos convidando a criar uma ordem societária profundamente diferente da qual estamos sujeitados a viver (MÉSZÁROS, 2008). Em outras palavras, “a liberdade mais plena possível para o ser humano, a emancipação humana”. (TONET, 2016b, p.105). O papel preponderando que é intrínseco a educação, possibilita aos sujeitos ampliarem os horizontes para o sentido da emancipação humana, ao nos conduzir na direção de encontrar formas de romper as barreiras estruturais impostas pela sociedade capitalista, e oportunizar assim, ascensão na vida dos sujeitos, através da dimensão mais ampla da educação, pois compreende-se que a educação vai para além da dimensão ensino-aprendizagem, ela abarca a vida social.

Portanto, o sistema capitalista, limita a educação que forme sujeitos sociais conscientes, com perspectivas revolucionárias, sujeitos livres que busque construir uma sociabilidade emancipada, implicando na superação do capital e de todas as suas categorias. Por consequência, é necessário a superação desse sistema. Já dizia Meszáros (2008, p. 27), “limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. Isso vale também para uma suposta reforma desse sistema reconciliada com a perspectiva do capitalismo. Tudo isso se torna contraditório até porque as determinações do capital são, segundo o autor, irreformáveis.⁶

Os rumos do sistema capitalista, desde a década de 1970, vem sofrendo modificações expressivas, uma vez que seu processo de acumulação foi sendo forjado através da expansão, da exploração da classe trabalhadora, do desemprego, do aumento da precarização, da terceirização e da destruição das conquistas sociais históricas dos trabalhadores. Tais processos se intensificam a partir da década de 1990. Após a ditadura militar instaurada no país, o Brasil expandi sua economia para o mercado externo, de forma abrupta, certificando a incorporação tardia a lógica neoliberal, projetando contrarreformas orquestradas pelo capital com forte influência dos interesses internacionais. Nesse período, o ataque às políticas sociais, principalmente voltadas para a educação, foram intensificados diante do grande interesse do capital financeiro induzido pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial. De acordo com Saviani (2018),

⁶ “[...] numa sociedade de classes, ela [a educação], necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível ‘uma educação emancipadora’, mas apenas a realização de ‘atividades educativas emancipadoras’ [...] o conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital. Vale dizer, na medida em que se realizar uma revolução. Propor hoje uma ‘educação emancipadora’ não pode passar de uma simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. O que é possível fazer hoje, são atividades educativas que apontem no sentido da emancipação.” (TONET, 2016, p. 44-45)

Nesse novo contexto as medidas de política educacional vão ser marcadas por uma espécie de neoconservadorismo. Diante do mote do 'Estado mínimo' passa-se a considerar a chamada 'decadência da escola pública' como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. (SAVIANI, 2018, p. 03)

Tal lógica esteve ancorada pela necessidade de modernização do país e justificada por ser um Estado muito oneroso e ineficiente, tendo isso para legitimar a eficácia do mercado e desqualificar as ações do setor público. É a partir dessas perspectivas que surge a ideia que o setor privado oferece um melhor serviço/qualidade. Paniago (2012, p. 78-79), resume esse contexto afirmando:

O que está implícito na posição daqueles que acusam o Estado de ser um dos principais responsáveis pela crise do sistema é a intenção de aprofundar sua inadequação para deslocá-lo de funções públicas que se tornaram atrativas para o capital privado, ou torná-lo mais dócil à penetração do capital financeiro especulativo através do relaxamento de restrições ao fluxo de capitais antes operantes. O Estado torna-se mais escandalosamente defensor de interesses monopolistas financeiros, abrindo-se para a terceirização de serviços e funções, e para a ampliação de fundos de investimentos criados a partir de suas próprias empresas estatais. Traz para o interior de sua função pública agentes comprometidos diretamente com critérios privados de lucratividade e eficiência econômica. É tipicamente uma diluição dos limites entre o público e o privado, em tempos de crise e de busca acelerada de recuperação das taxas de lucro do passado recente.

Haja vista, o descaso pelo Estado na educação ou como descreve Saviani (2008), a incapacidade de gerir o sistema educacional, nos direciona ao caminho de crise no setor educacional público. Pois, é nesse cenário de sucateamento da política educacional pública, fortemente influenciado pelas ideias e práticas neoliberais difundidas pelos Estados Unidos para atender os ditames do capital que o setor privado se mostra e se insere na educação, ofertando ensino privado. A educação passa a ser mercadoria, ou parafraseando Gadotti (1984, p.126) “a educação *virou negócio*, traficância”

A responsabilização sobre esse processo que preconizou o ensino particular é fruto do período ditatorial, como nos afirma Gadotti, “o regime militar construiu nesse país um sistema dual de ensino: o ensino particular e o ensino oficial. Um não pode viver sem o outro” (Idem, 1984, p. 126). Essa dualidade no sistema de ensino brasileiro vem se fortalecendo, perpetuando e se mantendo ao longo dos anos, a educação privada, principalmente a educação superior, tornou-se uma estrutura comercial de ensino amparada e financiada pelo Estado. Segundo Lima (2012, p. 05), o dilema da educação superior no Brasil, tem como um dos seus aspectos a necessidade de expansão desde o seu início, com o intuito de formar, em linhas gerais, mão de obra qualificada para atender as alterações promovidas pelas novas configurações do mundo do trabalho, ou seja, a expansão do ensino superior tendeu a ser um projeto de inserção social, a partir da qualificação da classe

trabalhadora para intensificar a divisão social do trabalho, caracterizando um retrocesso histórico e retrógrado em relação a um direito social amparado constitucionalmente. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS),

O significado estratégico da política educacional, do ponto de vista das requisições do capital, em sua essência não se alterou, tendo em vista que ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia para o campo educacional. (CFEES, 2014, p. 20)

Nesse sentido, tal tendência revela-se de forma ainda mais expressiva nas ações ambíguas implementadas pelo Estado durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula e Dilma (2003-2016). Governos baseados em um modelo neodesenvolvimentista, em alianças partidárias e em uma frustrada tentativa de conciliação das classes sociais, sendo contrário em estabelecer uma ruptura com a política neoliberal como era esperado de um governo de esquerda. Não podemos negar e deixar citar algumas inflexões em relações as várias políticas públicas e sociais criadas nesse período, importantes na garantia dos direitos das minorias e na melhora da qualidade — de uma parcela, não toda. Sendo essas as políticas de redistribuição de renda, programas de habitação e a expansão educacional das Instituições Educação Superior (IES), entretanto, foram ações que ficaram aquém do que era esperado, foram medidas ancoradas na lógica do mercado, focalizadas e que não garantem a transformação social necessária, muito menos equidade, agindo superficialmente diante das demandas da sociedade, negando a essência e a estrutura que sustenta o capital e suas categorias antagônicas.

A partir dos governos petistas, o aumento na expansão e ampliação das ofertas de vagas na educação superior, no setor privado, efetivada pelo Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), bem como o Ensino a Distância (EAD) intensifica cada vez mais o desmonte da política de educação pública. O Estado passa a transferir/direcionar grandes investimentos para as empresas privadas de educação. Nesse sentido, a educação pública que deveria ser prioridade na garantia de acesso e permanência da classe trabalhadora a uma educação de qualidade passa a conviver, cada vez mais, com baixos investimentos, sucateamento, intensificando mais ainda a formação para o mercado acompanhado da fragilidade do processo formativo no quesito qualidade acadêmica. (PEREIRA, 2018). De acordo com Antunes e Pinto (2017, p. 100-102)

[...] a educação requisitada atualmente pelo capital deve ser 'ágil', 'flexível' e 'enxuta'
[...] uma nova fase da educação [...] utilitarista e desenhada segundo a lógica da razão instrumental. **Essa é a moldura que as chamadas 'reformas educacionais'**

trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma 'educação') flexibilizada para atender as exigências e aos imperativos empresariais; uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho 'polivalente', 'multifuncional' e flexível.

Tais mudanças operadas no campo educacional vêm incidindo de forma negativa nas bases da formação no ensino superior, atingindo sua precípua função que é garantir o tripé do ensino, pesquisa e extensão. As alterações redefinem a função e o objetivo da educação e, a partir desse momento passam a afinarem-se mais abertamente com as determinações da lógica neoliberal, adequando o ensino as necessidades do capital e assegurando as bases para a sua reprodução ampliada. Vale ressaltar o processo de expansão dos cursos no âmbito do setor público pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do decreto 6.096, de 24 de abril 2007, criado com o objetivo de promover o acesso de estudantes com menor renda familiar e sua permanência na universidade. Todavia, mesmo considerando que essa expansão foi uma resposta dos governos às diversas reivindicações e demandas históricas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais que lutavam (e lutam) por acesso ao ensino superior público, foi uma via de expansão aligeirada, ancorada numa extensa precarização do trabalho docente, com bastante insuficiência de recursos para a Política de Assistência Estudantil. Assim, majoritariamente a expansão expandiu de forma veloz muito mais no âmbito privado.

Diante desse contexto de crise econômica, política e ideológica que assenta o país, testemunhamos em 2016, a partir de um golpe parlamentar uma agenda mais conservadora ditada pelo governo Temer. As propostas contidas no documento *Ponto para o Futuro* do Partido Democrático Brasileiro (PMDB), que de democrático não tem nada, evidencia uma intensificação de ajustes fiscais, ampliando as privatizações, terceirizações, ou seja, um conjunto de ações de desestabilização da garantia de direitos sociais. É nesse cenário que foi aprovada a Emenda Constitucional Nº 95, estabelecendo limites aos gastos públicos e provocando uma redução significativa dos investimentos realizados no campo das políticas públicas como educação, saúde e segurança, afetando assim a vida da população mais pobre do país.

Tal fato resulta na motivação do Estado em sucatear as instituições públicas em detrimento das instituições privadas. Injetando capital nas faculdades privadas – mediante a política de crédito/financiamento estudantil, como já citado acima, apresenta mais lucratividade ao mercado mediante as taxas de juros embutidos nos financiamentos estudantis. O ensino privado prospera e na atual conjuntura política ganha mais espaço no cenário atual, devido ao contingenciamento e congelamento do investimento destinado ao ensino superior. O crescente aumento do grande império que se tornou a educação, é

possível verificar através do quantitativo alto de instituições privadas de ensino superior no país e do aumento das taxas de lucros das empresas, como por exemplo a Kroton.

De acordo com último censo da educação superior 2017⁷, atualizado em setembro de 2018. No Brasil existem 2.448 IES, sendo 296 IES públicas e 2.152 privadas, a educação privada detém 87,9% das IES. Esses dados, num primeiro momento, assustam e ao analisarmos a fundo identificamos como característico desse alto número de IES privadas, o sucateamento do Estado as instituições públicas. No entanto, os dados do censo identificam que mesmo o número de faculdades privadas corresponderem ao montante de 2.020 IES, em contraponto as 199 universidades públicas e os 40 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), são matriculados nas faculdades privadas 2.070.747 estudantes, o que equivale a ¼ das matrículas nas IES no país. Contraditoriamente, as Universidades públicas e os IFs e Cefets, juntos, representam o maior número de estudantes nessas instituições, alcançando o mais alto número 4.625.786 matriculados no ano de 2017.

Esses dados nos inquietam e nos levam a questionar o fato de mesmo o ensino público superior correspondendo ao maior número de estudantes matriculados, esse fato não inviabiliza o crescente número de instituições privadas de ensino superior no país, há mais faculdade privadas – 1.878 IES, do que IES públicas mesmo somando as modalidades instituições – Universidades; Centros Universitários, Faculdades, IFs e CEFETs, estas não chegam a 300 unidades de ensino no país. Esse fenômeno, se assim podemos dizer, explica Gadotti (1984), em uma passagem sobre a privatização do ensino:

A privatização do ensino é uma estratégia da burguesia para impedir que as classes populares, mais pobres, tenham o que a Constituição lhes garante: ensino, educação. Faz parte dessa estratégia geral do regime burocrático-militar-industrial-burguês atrelar a educação à máquina do desenvolvimento, sem investir nela. (GADOTTI, 1984, p.127).

A oferta de acesso ao ensino superior abrilhanta os olhos da classe trabalhadora. Ingressar em uma faculdade já não é mais obstáculo, a barreira que se entende frente aos filhos e filhas da classe trabalhadora é agora se manter nesse formato de ensino, sobretudo, permanecer nas condições do financiamento estudantil. Há de se questionar o fato de 30,1%⁸ dos estudantes evadirem das instituições privadas de ensino superior, em sua maioria durante os primeiros semestres da graduação, as motivações são várias, desde as financeiras, às questões de adaptação nas instituições e em consequência do ensino médio deficitário. O sonho da obtenção do diploma passa ser mercantilizado, inspirado por

⁷ Dados fornecidos pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁸ Informação retirada da matéria assinada por Bocchini – Repórter da Agência Brasil, na qual apresenta os dados da 8º do Mapa de Ensino Superior.

propagandas estimulantes que ensejaram a inserção no mercado formal de trabalho – o emprego, altos salários para os então portadores dos títulos acadêmicos, acabam por sua vez, atraindo a classe trabalhadora. Que elegem os vestibulares realizados pelas IES privadas pelo aparente acesso facilitado mediante a oferta de financiamento estudantil. Dessa forma, o setor privado sente-se atraído devido ao fato do governo assumir o risco em caso de inadimplência. Segundo o Ministério da Educação, “o total de endividados pelo Fies em 2019 é de 522.414 estudantes, ou seja, 47,7% de um total de 1.096.328⁹”, e mesmo diante desse quadro, grandes grupos privados seguem investindo na área da educação e crescendo no país.

Diante do exposto, retomamos aos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), referente ao censo da educação superior dos anos 2004 e 2017 a então relação dual existente no ensino brasileiro, como as IES se expandiram ao longo desses 13 anos, abrangendo os governos petistas aos dias atuais. O censo de 2004 apresenta mudança no aumento progressivo do número de IES no país contabilizando a partir de 1990 – com 918 IES, entramos nos anos 2000 com 1.180 IES, e dando o salto quantitativo para os anos 2004, podemos ver que as IES cresceram significativamente alcançando 2.013 IES, dessas 224 são públicas e 1.789 são privadas.

Como se observa, as instituições privadas vem se ampliando em larga escala frente as instituições públicas. Ao longo desses 13 anos foram criadas no país 72 IES públicas e em contrapartida as instituições privadas tiveram um aumento equivalente a cinco vezes às públicas. Esse acréscimo fica mais evidente ao desmembrarmos esses dados e ao compararmos o quantitativo entre universidade com as faculdades¹⁰. **Em 2004 tínhamos 83 universidades e em 2017 tivemos um acréscimo de 16%.** Essa relação feita em comparação com as IES privadas nos apresenta uma realidade bastante distinta, no ano de 2004 as faculdades somavam um total de 1.388 expandido em 490 unidades até 2017. Esse aumento significativo das IES privadas revela o interesse do mercado em privatizar cada vez mais a educação, visando ampliar o lucro do capital investido, que nos últimos anos vem multiplicando a partir da adesão das IES privadas pelo financiamento estudantil – FIES. Apesar de, o setor privado investir pesado na educação superior, as IES públicas vêm ao longo dos anos se mantendo nos melhores índices de ensino no Brasil e no mundo, fazendo parte de rankings mundiais de Universidades, atraindo expressivos números de estudantes matriculados em todo o país, em busca de alcançar o então desejável ensino

⁹ Dados retirados pelo Portal MEC.

¹⁰ Para efeito desse quadro comparativo fizemos uso da categoria instituições – faculdade, escolas e institutos do censo de educação superior 2004 em contraponto a categoria instituições – faculdade apresentada no censo de educação superior 2017.

público, gratuito e de qualidade. Ensino esse que vem a largos passos sendo boicotado por medidas ofensivas proferidas pelo Estado.

O atual governo vem sobrecarregando a comunidade universitária com medidas de “retenção de custo”, alegando que o país precisa reduzir gastos. Ao passo que confere a iniciativa privada rendimento, mantendo ativo a dualidade no sistema de ensino no país. Conforme atende a perspectiva do capital as transformações que vem sofrendo a educação brasileira caminham-se na direção oposta do desenvolvimento, da transformação social, da formação de sujeitos histórico críticos, contrariando “o princípio de que não existe uma sociedade moderna e democrática sem um sistema educacional moderno e democrático” (GADOTTI, 1984, p.123).

CONCLUSÃO

Trilhar caminhos reais em busca de configurar uma educação que viabilize a perspectiva de formação para emancipação humana se fará necessário. Meszáros (2008, p. 76) aponta que “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”. Essa concepção ideológica imprime na educação superior a responsabilidade de promover a formação de sujeitos histórico críticos, capazes de modificar os rumos da história recente de retrocessos vividos pelo ensino superior público no Brasil.

Portanto, as medidas no campo da luta e da resistência se fazem ainda mais necessárias nesse exato momento, tendo em vista o acelerado processo de desmonte das políticas sociais em curso promovido e intensificado pelo atual governo, alinhado aos ditames do capital internacional compactuando com o aumento de lucro para os conglomerados do ramo educacional. Em seu plano de governo, Jair Bolsonaro deixa claro como vai direcionar os direitos sociais, a educação, na qual ele defende o Ensino a Distância como uma alternativa, assim como a ideia de Escola sem Partido, representada pela expansão da militarização das escolas e de uma agenda fundamentalista religiosa, preconceituosa e racista. Além disso, o contingenciamento de recursos anunciado pelo governo, o corte de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamados de discricionários) e 3,43% do orçamento total das federais¹¹ já evidencia o retrocesso em seis meses de gestão e indica o que nos espera para os próximos anos.

¹¹ Dados retirados do site: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>

Sucatear as instituições públicas é o grande objetivo desse governo. A lógica ofensiva ideológica propagada pelo governo Bolsonaro contra as universidades está intrinsecamente relacionada a falta de conhecimento, ignorância, está em consonância com um projeto antidemocrático, ou, assim dizemos, um projeto entreguista. A angustia com a ausência de lucidez, de propostas concretas e direcionamento da pasta mais importante do país deixa a classe trabalhadora cada vez mais receosa. Suas atitudes são hostis a democracia. O objetivo do governo é aumentar cada vez mais a divisão social, emburrecer a sociedade brasileira e limitar o acesso à educação, mitigar os direitos sociais e fazer com que a sociedade permaneça submersa aos ditames conservadores e excludentes do capital.

Portanto, diante desse cenário “não se pode criar um país democrático e desenvolvido sem que a educação tenha se estendido a todos” (GADOTTI, 1984, p. 125), assim torna-se necessário avançar nas lutas, reivindicações, ou seja, precisamos nos valer da força, construir uma extensa e ampla unidade de luta na defesa da autonomia das Universidades assim como na garantia do que preconiza a CF aos direitos fundamentais. Uni-vos. Destarte, concluímos esse debate com um trecho da música de Gabriel Pensador que nos convida para ir avante ao que almejamos. Nos convida para ir à luta e resistir, como sempre a classe trabalhadora fez e está fazendo. Só assim conseguiremos, lutando.

"Não adianta olhar para o céu com muita fé e pouca luta. Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer. E muita greve, você pode, você deve, pode crer"

Gabriel Pensador

REFERENCIAS

ANDIFES. V **Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. > Acesso em: 22. Jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 18a. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2017**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 22 jun.2019.

_____. Emenda constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e da outras Providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 23 jun.2019.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e capital: uma coexistência necessária**. 1. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BOCCHINI, Bruno. Pesquisa mostra evasão de 30% em cursos superiores privados. **Agência Brasil**, São Paulo, 27 Set. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/pesquisa-mostra-evasao-de-30-em-cursos-superiores-privados>> Acesso em: 22 Jun. 2019.

CFESS. Conselho Federal De Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, setembro de 2014.

CIAVATTA, M. **Universidade, pecado nativo**. Carta Aberta. Trabalho Necessário, Niterói, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.1i1.p2916>

GADOTTI, Moacir. Educação e desenvolvimento no Brasil de hoje: um balanço crítico. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. *Terceira Parte*, p. 123 – 130.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior. Notas Estatísticas 2017**. Disponível em: <<portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20. Jun. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2004**. Resumo técnico. Brasília- DF, 2005, versão preliminar. Disponível em: <file:///C:/Users/pamel/Desktop/PPGSS%202019.1/ARTIGOS%202019.1/JOINPP.%202019/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf> Acesso em: 22. Jun. 2019

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L. D; ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e educação**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. Parte I, p. 1 – 26.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RODRIGUES PEREIRA, Maria de Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM CONTEXTOS DE IMPERIALISMO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 37-49, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21633/14338>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da 'crise' do Estado. In: MELO, Edivânia. PANIAGO, Maria Cristina Soares Paniago; ANDRADE, Mariana Alves. **Marx, Meszáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012. Disponível: https://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_37f4431c094a4621a3afefbdfdbce3ff.pdf

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan. 2018

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291-304, jun. 2018.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. – 3ed. Maceió: Coletivos Veredas, 2016a.

_____. **Marxismo, Religiosidade e emancipação**. – 1ed. Maceió: Coletivos Veredas, 2016b.